



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1596/2023

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 94/2023

<b>OBJETO</b>	ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE: <ul style="list-style-type: none"><li>- GERENCIAMENTO DE RISCOS – PGR NR 01;</li><li>- CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL PCMSO – NR07;</li><li>- LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO – PORTARIA 3.214/78 LTCAT – NR15/16;</li><li>- LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE PORTARIA 3.214/78 LIP – NR15/16;</li><li>- ORDEM DE SERVIÇO – NR 01;</li><li>- FICHAS DE ENTREGA E CONTROLE DE EPT's – NR 06</li></ul>
---------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

#### FUNDAMENTO LEGAL

Artigo 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações

#### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

339039-05 – Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica – Serviços Técnicos Profissionais



**MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE JATAI**

**REQUISIÇÃO PRODUTO/SERVIÇO**

**Requisição:** 1075

**Situação:** APROVADO

**Departamento:** 29 - RECURSOS HUMANOS

**Data Solicitação:** 29/11/2023

**Usuário Análise:** DULCILENE LOURENCO DE OLIVEIRA FREIRE

**Data Análise:** 30/11/2023

**Observação:** SOLICITAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROGRAMA GERENCIAMENTO DE RISCO (PGR) P/ CÂMARA

Item	Qtd. Aprovada	Unidade	Vlr.Unitário	vlr.Total	Saldo	Produto/Serviço	Observação
1	1,000	UNIDADE	0,0000	0,0000	0,0000	3600 - ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO (PGR)	

**TOTAL PRODUTO:** 1

**TOTAL GERAL:** 0,00



# Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo



0000020231596

**Número do Processo**

**1596/2023**

[WWW.JATAI.GO.LEG.BR](http://WWW.JATAI.GO.LEG.BR)

Órgão de Origem

**CAMARA MUNICIPAL DE JATAI**

Departamento de Origem

**PROTOCOLO**

Interessado

**RITA IBRAHIM DO PRADO**

Assunto

**REQUISIÇÃO**

Data/Hora

**30/11/2023 10:55**

Descrição

**Requisição nº 1075 - Solicitação de elaboração de programa gerenciamento de risco (PGR) para Câmara Municipal.**



Visualizar Anexo:



Resp. Autuação

**KEYNER PEREIRA MARTINS**

Previsão

Processo Agrupador

Nr. Doc

Valor

**R\$ 0,00**




Serviços Elaboração de Programa de Gerenciamento de Risco									
Estimativa de Custo									
ÍTEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QTD.	Banco de Preços			Média	Valor total	
				Multi EPI	SST On-line		valor Unit.	estimado	
1	Elaboração de Programa de Gerenciamento de Risco	UNID.	1	R\$ 10.300,00	R\$ 18.300,00	R\$ 15.600,75	R\$ 14.733,58	R\$ 14.733,58	
							Estimado:	R\$ 14.733,58	

Jataí, 30 de novembro de 2023

  
Dulciane L. de Oliveira Freire  
Chefe do Deptº de Compras



		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NUMERO DE INSCRIÇÃO 23.269.570/0001-87 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/09/2015
NOME EMPRESARIAL MULT EPI LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MULT EPI		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 33.14-7-10 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente 43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio 43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados 71.19-7-04 - Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho 71.20-1-00 - Testes e análises técnicas 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV TRINTA E UM DE MAIO	NÚMERO 221	COMPLEMENTO QUADRA0015 LOTE 0002
CEP 75.805-150	BAIRRO/DISTRITO SETOR EPAMINONDAS I	MUNICÍPIO JATAI
UF GO		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@MULTEPI.COM.BR		TELEFONE (64) 9605-8002
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/09/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/11/2023 às 15:38:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MULT EPI LTDA**  
**CNPJ: 23.269.570/0001-87**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:48:58 do dia 30/11/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/05/2024.

Código de controle da certidão: **4CDC.6DB8.62FB.9C47**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 23.269.570/0001-87

**Razão Social:** DHIEGO NUNES CABREIRA ME

**Endereço:** W 003 221 / EPAMINONDAS I / JATAI / GO / 75805-150

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 18/11/2023 a 17/12/2023

**Certificação Número:** 2023111801461472951996

Informação obtida em 30/11/2023 14:52:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





ESTADO DE GOIAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA  
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA  
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS

**CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA**

**NR. CERTIDÃO: N° 41219630**

**IDENTIFICAÇÃO:**

NOME:  
**MULT EPI LTDA**

CNPJ  
23.269.570/0001-87

**DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):**

NAO CONSTA DEBITO

[illegible]

### FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidão é expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alínea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento hábil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

## SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereço:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

**VALIDADOR: 5.555.467.821.760**

**EMITIDA VIA INTERNET**

SGTI-SEFAZ:

**LOCAL E DATA:** GOIANIA, 30 NOVEMBRO DE 2023

**HORA:** 14:50:28:6

**PREFEITURA DE  
JATAÍ**

MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ

RUA ITARUMÃ Nº: 355 Bairro: VILA SANTA MARIA CEP: 75800-089

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE CONTRIBUINTE****DADOS DO CONTRIBUINTE****NOME:** MULT EPI LTDA**CCP:** 119000**CPF/CNPJ:** 23.269.570/0001-87**TELEFONE:** 6496058002**ENDEREÇO:** AV. 31 DE MAIO (ANTIGA W-003), Nº 221, QD. 0015, LT. 0002, BAIRRO: SETOR EPAMINONDAS I,**FUNDAMENTO LEGAL**

CERTIFICA PARA OS DEVIDOS FINS, QUE O SUJEITO PASSIVO NÃO POSSUI PENDÊNCIAS PERANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ-GO.

RESERVA-SE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL O DIREITO DE LANÇAR E COBRAR POSTERIORMENTE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DE RESPONSABILIDADE DO SUJEITO PASSIVO ACIMA EPIGRAFADO, QUE VIEREM A SER APURADAS E CONSTITUÍDAS, INCLUSIVE NO PERÍODO DESTA CERTIDÃO.

A autenticidade desta certidão poderá ser verificada no site da prefeitura, conforme dados abaixo:

**AUTENTICAÇÃO:** NLKTA4QL**EMIÇÃO:** 30/11/2023**VALIDADE:** 30/12/2023**WWW.JATAI.GO.GOV.BR**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: MULT EPI LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 23.269.570/0001-87

Certidão n°: 68342953/2023

Expedição: 30/11/2023, às 14:53:26

Validade: 28/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MULT EPI LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° 23.269.570/0001-87, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

1

## PROCURADORIA JURÍDICA

### PARECER JURÍDICO REFERENCIAL N° 001/2019

**Ementa:** Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços comuns. Dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/93 e alterações. Requisitos legais. Possibilidade, desde que observadas as recomendações constantes neste Parecer Jurídico Referencial.

### Possibilidade de adoção de Parecer Jurídico Referencial

A Procuradoria Jurídica desta Câmara Municipal de Jataí tem o dever legal de emitir parecer jurídico sobre a licitação, dispensa ou inexistência.

Todavia, admite-se a figura do Parecer Jurídico Referencial, que é aquele que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, dispensando a análise individualizada, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação referencial.

Com efeito, trata-se de uma possibilidade jurídica perfeitamente aceitável que se coaduna com o princípio da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, sobre a qual o TCU manifestou-se favoravelmente à sua adoção pela Advocacia-Geral da União, nos seguintes termos:

“9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, **não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes**, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário). Grifo inserido

Assim, a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Jataí adota esse Parecer Jurídico Referencial, nos casos que envolvam dispensa de licitação em função do valor, prevista no art. 24, II, da Lei 8.666/93.





## Requisitos legais para Dispensa em função do valor e contratação direta.

Saliento que incumbe a esta Procuradoria analisar o processo sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

O art. 37, XXI da Constituição Federal, preceitua que *“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

Depreende-se do dispositivo constitucional supracitado que a regra no ordenamento jurídico brasileiro é a realização prévia de licitação nas contratações do Poder Público.

Todavia, essa regra foi excepcionada pela própria Lei das Licitações, permitindo a contratação direta sem a realização de certame em determinadas hipóteses legais.

Estas hipóteses, previstas na Lei 8.666/93 – Lei das licitações, são de duas espécies, e são denominadas de contratação direta; podendo ocorrer por dispensa de licitação, ou, inexigibilidade de licitação, estabelecidas nos artigos 24 e 25, respectivamente.

O Art. 24, II, da Lei das Licitações, estabelece que:

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*... omissis*

*II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

Os valores previstos no Art. 23, inciso I, alínea “a”, referido na norma supracitada, foram atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, nos seguintes termos:

*“Art. 1º. Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*

*I - para obras e serviços de engenharia:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

3

*c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*

*II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e*

*c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais)."*

Dessa forma, é dispensável a licitação para compras e serviços, que não sejam de obras e serviços de engenharia, no valor de até R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), devendo o departamento técnico responsável verificar o enquadramento matemático do valor da contratação pretendida ao valor referido.

Todavia, não se pode descuidar do correto procedimento para contratação direta, que deve ser iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa.

Numa interpretação sistemática, deve-se adotar nos casos de dispensa, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, o Parágrafo Único do Art. 26 da Lei das licitações, e o processo de dispensa deve ser instruído ainda com:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso,

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço,

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Com relação a justificativa do preço, convém frisar a necessidade de realização de ampla e adequada pesquisa de preços, para subsidiar a melhor contratação, ou seja, aquela que melhor atende ao interesse público.

A Administração deverá observar a necessidade de preferência para a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte, em observância à Lei Complementar nº 123/2006.

O contrato a ser firmado para contratação direta pode ser substituído pela nota de empenho, na forma do art. 62, da Lei 8.666/93.

Frise-se que a Administração deve aferir a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, da empresa selecionada para fornecimento de produtos ou prestação de serviços para a Câmara Municipal.





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

4

## Conclusão

Por todo o exposto, uma vez atendidas as recomendações apontadas neste Parecer Jurídico Referencial, no seu aspecto jurídico, resguardados o juízo de conveniência e oportunidade do Gestor, nos limites da Lei; ressalvadas, ainda, as questões de ordem fática e técnica, ínsitas à esfera administrativa, o procedimento estará apto para a produção de seus regulares efeitos.

Sendo Referencial o presente parecer, os processos administrativos que guardarem relação inequívoca e direta com a fundamentação aqui realizada, dispensam análise individualizada, desde que o setor competente ateste, de forma expressa, que o caso concreto amolda-se aos termos desta manifestação, conforme modelo em anexo.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 28 de maio de 2019.

**Renata Silva Oliveira**  
**Procuradora Jurídica**

RENATA SILVA  
OLIVEIRA:60724919  
104

Assinado de forma digital por  
RENATA SILVA  
OLIVEIRA:60724919104  
Dados: 2019.05.28 16:22:13 -03'00'



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

## ANEXO

### ATESTADO DE CONFORMIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO COM O PARECER JURÍDICO REFERENCIAL Nº 001/2019.

Atesto que o Processo Administrativo nº 1596/2023, que objetiva a contratação de empresa MULTI EPI LTDA, por dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, amolda-se à manifestação jurídica referencial exarada no Parecer Jurídico Referencial no 001/2019.

Jataí, 30/11/2023

  
**Dulcilene L. de Oliveira Freire**  
Chefe do Deptº de Compras



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

## CERTIDÃO

**CERTIFICAMOS**, para os devidos fins, que existe saldo orçamentário na dotação **339039 / 05 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica / Serviços Técnicos, Profissionais**, suficiente para ocorrer despesas com este tipo de serviço para a Câmara Municipal de Jataí.

**CERTIFICAMOS** ainda que já foi feita reserva orçamentária no valor de R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais) nesta dotação.

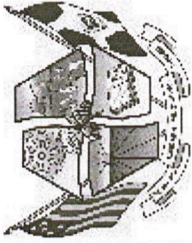
Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente, nesta data.

JATAÍ, 01 de dezembro de 2023.

  
Adonae Augusto Pereira

TC CRC GO 2210/0-4





ESTADO DE GOIÁS  
CAMARA MUNICIPAL DE JATAI  
PRACA DA BANDEIRA 96 - CENTRO

PARÂMETROS -> Todas dos órgãos escolhidos  
COMPARATIVO DA DESPESA COMPLETO POR DOTAÇÃO DE 01/12/2023 ATÉ 01/12/2023

CÓDIGOS	TÍTULOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			EMPENHADO		SALDO DOTAÇÃO	LIQUIDADO		PAGO		DESPESAS A PAGAR
		ORÇADO	PERÍODO	ACUMULADO	DOT. ATUALIZ.	PERÍODO		PERÍODO	ACUMULADO	PERÍODO	ACUMULADO	
21	Material de Copa e Cozinha			10.904,00					10.904,00		10.904,00	
22	Material de Limpeza e Producao de Higienizacao			38.831,76					38.831,76		38.831,76	
23	Uniformes, Tecidos e Aviamentos			1.970,22					1.811,81		1.811,81	158,41
24	Material para Manutencao de Bens Imoveis			4.523,70					1.906,86		1.906,86	2.616,84
25	Material para Manutencao de Bens Moveis			7.508,80					6.884,40		6.884,40	624,40
26	Material Eletrico e Eletronico			20.809,78					17.616,93		17.616,93	3.192,85
28	Material de Protecao e Seguranca			2.139,00					2.044,60		2.044,60	94,40
29	Material para Audio, Video e Foto			9.740,00					9.740,00		9.740,00	
39	Material para Manutencao de Veiculos			52.798,80					37.474,84		37.474,84	15.323,96
42	Ferramentas			1.900,00					1.900,00		1.900,00	
44	Material de Sinalizacao Visual e Afins			7.563,00					6.781,00		6.781,00	782,00
50	Bandeiras, Flamulas e Insignias			4.270,00					4.270,00		4.270,00	
0008.3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomocao	501,76			501,76							
0009.3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal - Contratos Terceiriza	1.788,04			1.788,04							
0010.3.3.90.35.00	Servicos de Consultoria	433,98			433,98							
0011.3.3.90.36.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	90.000,00			90.000,00							
0012.3.3.90.37.00	Locacao de Mao-de-Obra	9.486,80			9.486,80							
0013.3.3.90.39.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	730.000,00	55.000,00		785.000,00							
01	Assinaturas de Periodicos e Anuidades			723.414,94					408.076,84		408.076,84	315.338,10
05	Servicos Tecnicos Profissionais			1.488,00					1.488,00		1.488,00	
16	Manutencao de Conservacao de Bens Imoveis			21.350,00					9.200,00		9.200,00	12.150,00
17	Manutencao de Conservacao de Maquinas e Equip			51.584,63					39.336,63		39.336,63	12.248,00
19	Manutencao e Conservacao de Veiculos			5.888,64					4.078,64		4.078,64	1.810,00
20	Manutencao e Conservacao de Bens Moveis de Ou			20.830,38					12.905,68		12.905,68	7.924,70
23	Festividades e Homenagens			37.519,43					14.953,05		14.953,05	22.566,38
41	Fornecimento de Alimentacao			15.390,00					15.390,00		15.390,00	
43	Servicos de Energia Eletrica			11.433,80					7.702,45		7.702,45	3.731,35
44	Servicos de Agua e Esgoto			50.000,00					37.436,07		37.436,07	12.563,93
46	Servicos Domesticos			20.000,00					3.012,57		3.012,57	16.987,43
47	Servicos de Comunicacao em Geral			3.500,00					390,00		390,00	3.110,00
48	Servicos de Selecao e Treinamento			25.000,00					694,31		694,31	24.305,69
58	Servicos de Telecomunicacoes			29.547,00					21.547,00		21.547,00	8.000,00
59	Servicos de Audio, Video e Foto			14.400,00					9.072,29		9.072,29	5.327,71
63	Servicos Graficos			6.652,00					842,00		842,00	5.810,00
69	Seguros em Geral			6.555,00					4.150,00		4.150,00	2.405,00
				7.834,87					7.834,87		7.834,87	

ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE JATAI  
C.N.P.J.: 24.858.805/0001-39

- ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO -

CERTIFICADO DE REGULARIDADE

Certifico para os devidos fins que a presente  
despesa foi atestada

01

- D E O F -

DOCUMENTO DE EXECUÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO

SIMONE ROVEDA DE LIMA DE MELO NºDECRETO: 0000042015

1 - IDENTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 - CÓD.		1.2 - DOCUMENTO					1.3 - FONTE DE RECURSOS		1.4 - NÚMERO	
355085		NOTAS DE EMPENHO					Recursos Não Vinculados de Impostos / Recurso:		-1	
1.5 - DATA DE EMISSÃO		1.6 - NÚMERO DO PROCESSO			1.7 - TIPO		1.8 - FICHA		1.9 - SALDO ANTERIOR	
01/12/2023		0001596/23			GLOBAL		0013.000			
1.10 - EXERC.	1.11 - ÓRGÃO	1.12 - UND.	1.13 - FUNC.	1.14 - PROG	1.15 - SUBFUN	1.16 - P/A	1.17 - NAT.DESPESA	1.18 - FONTE / DESTINAÇÃO	1.19 - VALOR	
2023	01	01	01	0139	031	2.001	3.3.90.39.05	100.000	10.300,00	
1.20 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA									1.21 - SALDO ATUAL	
CAMARA MUNICIPAL										
1.22 - PROJETO / ATIVIDADE									1.23 - REQUISIÇÃO	
MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL										

2 - DADOS DO BENEFICIÁRIO OU RECOLHEDOR

2.1 - NOME		2.1 - CPF OU CNPJ		
MULT EPI LTDA		23.269.570/0001-87		
2.3 - ENDEREÇO		2.4 - MUNICÍPIO		2.5 - UF
AVENIDA 31 DE MAIO 221		JATAI		GO

3 - HISTÓRICO

3.1 - ESPECIFICAÇÃO	
EMPENHO EMITIDO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, CONTROLE MÉDICO E LAUDOS TÉCNICOS PARA SEGURANÇA DA CMJ.	
3.2 - CERTIFICADO	
4.1 - VALOR DO DOCUMENTO POR EXTENSO	4.2 - VALOR
(DEZ MIL E TREZENTOS REAIS)	10.300,00

ABIMAEI SOUZA SILVA  
CPF: 820.941.871-87  
PRESIDENTE DA CÂMARA

  
ADONAE AUGUSTO PEREIRA  
CPF: 075.191.841-53 CRC: 2210  
CONTADOR





**MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE JATAI**  
**Praça da Bandeira**

PÁGINA 1

**SOLICITAÇÃO DE COMPRA**

**Código Data**

960 01/12/2023

**Intituição**

CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

**Natureza da Compra**

DISPENSA

**Descrição**

**Departamento**

SECRETARIO GERAL

**Finalidade**

**Processo**

1596 - Requisição nº 1075 - Solicitação de elaboração de programa gerenciamento de risco (PGR) para Câmara Municipal.

**Situação**

APROVADO

**Dotação Orçamentária**

**Ficha**

0013.000

**Elemento**

33903900

**Especificação**

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

**Função**

1 - LEGISLATIVA

**Fonte**

100 - Recursos Não Vinculados de Impostos

**Subfunção**

31 - Acao Legislativa

**Ação**

MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL

**Programa**

PROCESSO LEGISLATIVO

**Produtos**

Código	Descrição	Unidade Medida	Quantidade	Valor ref.	Total
3600	ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE	UNIDADE	1,00	10.300,00	10.300,00
Valor Total da Solicitação:					10.300,00

**VENCEDORES**

Fornecedor	Nº Item	Produto / Serviço	Un.Medida	Quantidade	Vr Unitário	Vr Total
MULT EPI LTDA	1	ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE	UNIDADE	1,00	10.300,00	R\$ 10.300,00

CNPJ - 23.269.570/0001-87

Valor Total: R\$ 10.300,00